

## **DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DESENHO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL NA REGIÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA, VILA VELHA / ES**

*DESAFIOS DE LA PARTICIPACIÓN POPULAR EN EL PROYECTO DE EXTENSIÓN UNIVERSITÁRIA - DISEÑO URBANO Y PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN LA MICRO REGIÓN DE LA GRAN TERRA VERMELHA, VILA VELHA ES*

*CHALLENGES OF POPULAR PARTICIPATION IN UNIVERSITY EXTENSION PROJECT - URBAN DESIGN AND PLANNING IN TERRA VERMELHA, VILA VELHA / ES*

EIXO 3 – Interfaces entre universidade e sociedade através do projeto: ensino, pesquisa e extensão.

### **Giovanilton André Carretta Ferreira**

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFF), Professor da Universidade de Vila Velha/ES

### **Marcos Antonio Spinassé**

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (DEHA/FAU/UFAL), Professor da Universidade de Vila Velha/ES

### **Vitor Fehelberg**

Bolsista de extensão universitária do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha/ES

**Resumo:** O presente artigo realiza um breve relato da rica experiência do projeto de extensão universitária intitulado - Desenho Urbano e Ordenamento Territorial da região da Grande Terra Vermelha, no município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo - realizado no ano de 2011 - e desenvolvido inicialmente por uma parceria entre a Universidade de Vila Velha, o Movimento Vida Nova (MOVIVE), o Instituto do Grupo de Gestores da Região V (Instituto GG5), a Prefeitura Municipal de Vila Velha e posterior adesão do Governo do Estado do Espírito Santo. Além do registro desta ação pioneira de aproximação entre academia, comunidade e poder público executada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha, o artigo procura ressaltar os desafios da participação popular no ato de planejar e projetar as nossas cidades, a fim de destacar e analisar a importância que este aspecto teve no referido projeto de extensão, bem como apontar para os obstáculos e desafios a serem superados em experiências similares.

**Palavras-chave:** Extensão universitária, participação popular, desenho urbano e ordenamento territorial.

**Resumen:** Este artículo ofertas una breve reseña de la rica experiencia del proyecto de extensión titulado - Diseño Urbano y Planificación Territorial de Región de Terra Vermelha, en el municipio de Vila Velha, Espírito Santo, Brasil- realizada en 2011 - e inicialmente desarrollado por una asociación entre la Universidad de Vila Velha, el movimiento popular Movimento da Vida Nova (Movive), el Instituto do Grupo de Gestores da Região V (Instituto GG5), el Ayuntamiento de Vila Velha y la posterior adhesión del Gobierno del Estado de Espírito Santo. Además del registro de este esfuerzo pionero para reunir a la academia y la comunidad dirigido por el recién formado curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Vila Velha, el artículo pretende dar a conocer los retos de la participación pública en la planificación de nuestras ciudades, con la finalidad de destacar y analizar la importancia que este aspecto tiene en ese proyecto de ampliación, así como señalar los obstáculos y retos a superar en experimentos similares.

**Palabras-clave:** Extensión universitária, participación popular, diseño urbano y planificación territorial.

**Abstract:** This article provides a brief account of the rich experience of the extension project titled - Urban Design and Planning of Grande Terra Vermelha, in the city of Vila Velha, Espírito Santo - held in 2011 - and initially developed by a partnership between the University of Vila Velha, the Movimento da Vida Nova (Movive), the Instituto do Grupo de Gestores da Região V (Instituto GG5), the prefecture of Vila Velha city and subsequent accession of the Government of the State of Espírito Santo. In addition to the record of this pioneering effort to bring together academy and community run by the newly formed the Architecture and Urban plans of the

*University of Vila Velha, the article seeks to highlight the challenges of public participation in the planning of our cities, in order to highlight and analyze the importance that this aspect had in that extension project, as well as point to the obstacles and challenges to overcome in similar experiments.*

**Keywords:** *Extension project, popular participation, urban design and land planning.*

## **DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DESENHO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL NA REGIÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA, VILA VELHA / ES**

### **Apresentação**

O artigo ora apresentado realiza um breve relato da rica experiência do projeto de extensão - Design Urbano e Ordenamento Territorial da Região da Grande Terra Vermelha, no município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo - realizado no ano de 2011 - e desenvolvido inicialmente por uma parceria entre a Universidade de Vila Velha, o Movimento Vida Nova (MOVIVE), o Instituto do Grupo de Gestores da Região V (Instituto GG5), a Prefeitura Municipal de Vila Velha e posterior adesão do Governo do Estado do Espírito Santo.

Além do registro desta ação pioneira de aproximação entre academia, comunidade e poder público executada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha, o artigo procura ressaltar os desafios da participação popular no ato de planejar e projetar as nossas cidades, a fim de destacar e analisar a importância que este aspecto teve no referido projeto de extensão, bem como apontar para os obstáculos e desafios a serem superados em experiências similares.

Neste intuito, o artigo inicialmente resgata um breve histórico da participação popular no planejamento e gestão das cidades. Tão importante como destacar a importância e o caráter inovador que o processo de democratização do planejamento e da gestão urbanos assumem no país é ressaltar os desafios e obstáculos a que tal processo está submetido. Diferentemente de outros países latino-americanos, a redemocratização no Brasil não se restringiu ao restabelecimento de formas de representação legitimadas pelo voto. Ela inovou, através da criação efetiva de novos direitos que procuravam romper com o poder das forças conservadoras, buscando o desenho de um novo projeto social e político.

O que se percebe é que a agenda política construída na década de 1980 tinha a questão democrática como um dos seus centros e como elemento

determinante desse processo a participação de representantes da sociedade civil nos processos decisórios de governo. No entanto, após mais de três décadas de práticas participativas no planejamento e desenho urbano algumas características marcantes nestes processos e obstáculos para a participação já são claramente identificados pela literatura pertinente ao tema, como apontado ao longo do texto e percebidas durante a realização do projeto de extensão universitária.

Na seqüência são apresentados os objetivos principais do projeto de extensão universitária, a forma de trabalho, principais etapas/ações, para apresentar os principais pontos identificados no que diz respeito as potencialidades de projetos de extensão desta natureza, bem como os problemas e desafios que se colocam a participação popular nos processos de planejamento e desenho urbano das nossas cidades.

### **A participação popular no planejamento urbano brasileiro**

Uma das maiores conquistas e inovações do recente histórico do planejamento urbano no Brasil é a maior politização da questão urbana, que tem início principalmente com a multiplicação das formas de organização e defesa dos interesses dos segmentos sociais específicos e o processo de redemocratização do país, que culminou com o fortalecimento dos movimentos sociais, a instituição do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001, que incorporam o princípio da participação direta na administração pública, estabelecendo mecanismos de reforço a iniciativas populares.

Como aponta Bava (1995), diferentemente de outros países latino-americanos, a redemocratização no Brasil não se restringiu ao restabelecimento de formas de representação legitimadas pelo voto. Ela inovou, através da criação efetiva de novos direitos que procuravam romper com o poder das forças conservadoras, buscando o desenho de um novo projeto social e político. O que se percebe é que a agenda política construída na década de 1980 tinha a questão democrática como um dos seus centros e como elemento

determinante desse processo a participação de representantes da sociedade civil nos processos decisórios de governo.

Esse novo modelo de “democracia urbana”, de acordo com Soares & Gondim (1996), pode ser descrito em três grandes ciclos:

O primeiro é caracterizado pela valorização da participação dos movimentos sociais na definição das políticas públicas locais, a condenação do autoritarismo com propostas que procuravam ultrapassar os marcos das representações parlamentares e uma certa mudança no comportamento de setores da esquerda quanto à postura das organizações da sociedade civil, que passam a abandonar uma postura meramente contestatória, passando a combinar reivindicações com interlocuções diretas com as agências estatais.

O segundo ciclo é marcado pela chegada ao poder da esquerda em algumas das principais cidades do país, nas eleições de 1988, inaugurando uma concepção centrada na capacidade ativa do povo; o discurso da participação direta ganha maior radicalidade pela ênfase na proposta de instalação de conselhos populares deliberativos e a discussão do orçamento municipal.

O terceiro ciclo reforça a idéia do orçamento participativo e introduz os conceitos de parceria e desenvolvimento econômico local como condição para administrações bem sucedidas. Outra característica diferencial deste último ciclo é a combinação de formas de participação semidireta na gestão (conselhos setoriais) com a parceria da iniciativa privada, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e organizações populares no desenvolvimento de projetos econômicos.

Verifica-se que a participação popular no planejamento e gestão da cidade, pelo menos no discurso, tornou-se hegemônica na cultura política brasileira recente, ou seja, deixou de ser apanágio dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais e passou a ser incluída nas propostas de governos das mais diferentes correntes ideológicas (MARICATO, 2001; SOARES & GONDIM, 1996).

Por outro lado, dentro desta espécie de consenso sobre as virtudes da participação, um grande número de mecanismos tais como conselhos, iniciativas populares, audiências públicas foi incorporado às leis orgânicas municipais. Entretanto, como aborda Maricato (2001), a simples formulação não viabilizou a democratização das relações sociais, fazendo-se necessário a sua operacionalização e isso implica ação e enfrentamento de conflitos. Como é reconhecido, a sociedade brasileira tem tradição de ignorar, ou escamotear a existência dos conflitos sociais. Assim, a construção de espaços de participação social, que dê voz a toda a população (em especial aos que nunca tiveram), fazendo emergir os diferentes interesses presentes nas cidades, objetivando a superação de uma tradição autoritária como a do Brasil é uma tarefa difícil, contudo altamente transformadora.

Tão importante como destacar a importância e o caráter inovador que o processo de democratização do planejamento e da gestão urbanos assumem no país é ressaltar os desafios e obstáculos a que tal processo está submetido.

Souza (2002), apoiando-se na síntese realizada por Abers (1997), sob os obstáculos para a participação popular, aponta três problemáticas: *a problemática da implementação*, tais como boicotes patronais, escassez de recurso devido ao desperdício, à incompetência gerencial, conflitos ideológicos, resistência corporativa e tecnocrática dos técnicos em aceitar a participação popular; *a problemática da cooptação*, desfiguração do esquema de participação transformando-o numa ferramenta de instrumentalização da sociedade civil por parte das forças políticas no poder do Estado, com a finalidade de eliminar os focos de conflitos, evitando que se perpetuem pelo governo; *a problemática da desigualdade*, insere-se nas dificuldades para a participação voluntária inerentes à condição de vida da população mais pobre que em geral apresenta menos disponibilidade (de recursos, tempo, formas de se locomover, capacidade de articular suas demandas com fluência, desembaraço e autoconfiança) para participar que as demais classes sociais.

Somam-se a esses obstáculos da participação algumas outras dificuldades enumeradas por Ribeiro (1995): a baixa representativa dos movimentos sociais em relação ao conjunto da população, a predominância de um corporativismo

de bairro, em detrimento dos interesses gerais da população e a heterogeneidade dos movimentos sociais no que se refere a sua representatividade numérica, tornando problemático o processo decisório, baseado na igualdade de votos dos representantes.

Com tantos obstáculos, fica fácil de perceber que a participação popular no planejamento e na gestão urbanos não é algo trivial. Além disso, com uma certa diluição nas marcas ideológicas do discurso que vem ocorrendo nesses novos tempos, a retórica da participação torna-se simpática, mas, não raro, vazia e enganosa. Exatamente quando submetida à necessidade de superação de seus obstáculos, ou quando se tenta vender apenas uma imagem de “cidade democrática”.

Desta forma, se de um lado é fácil constatar a persistência ainda de fortes traços conservadores nas relações do poder a que está submetido o planejamento urbano, por outro lado, cabe reconhecer o significado das importantes mudanças que estão ocorrendo nos espaços urbanos mais complexos, como as grandes cidades. Estas mudanças na sua grande maioria são fruto da legitimação de demandas coletivas que têm exigido e provocado uma nova contratualidade política e uma nova consciência de direitos, deveres e desafios.

### **Ordenamento Territorial e Design Urbano da Grande Terra Vermelha**

Mesmo com o aparente consenso sobre as virtudes da participação popular no planejamento e nas intervenções sobre as nossas cidades, tão relevante como destacar a importância e o caráter inovador que assume é levantar os desafios e obstáculos a que tal processo está submetido na prática, visto que sua efetivação implica ação e enfrentamento de pré-conceitos e conflitos, bem como a superação de uma tradição autoritária e excludente no planejamento urbano no Brasil.

Com o objetivo de contribuir e avançar neste caminho, dando voz principalmente as parcelas da população segregadas em áreas urbanas precárias e desiguais, em que direitos básicos como moradia, infra-estrutura

básica e uma qualidade de vida digna são infringidos diariamente, que o projeto de extensão Ordenamento Territorial e Design Urbano da Grande Terra Vermelha foi desenvolvido durante o ano de 2011.

A escolha da região para realização do trabalho partiu inicialmente das parcerias construídas, mencionadas na apresentação deste artigo, mas se justifica também e principalmente pela necessidade acumulada na Região da Grande Terra Vermelha, de ações construídas em conjunto com os atores sociais da região e que colaborem para elevar a qualidade de vida de uma população historicamente segregada dos benefícios da vida urbana.

As condições socioeconômicas e ambientais da Região da Grande Terra Vermelha são fruto do tardio processo de industrialização que ocorreu no Espírito Santo, com maior incidência nas décadas de 1960 e 1970 na Região Metropolitana da Grande Vitória. A partir deste período a economia sofreu fortes transformações, passando da base agrícola agro-exportadora para uma especialização industrial exportadora centrada em commodities de larga escala de produção. Os esforços de industrialização se assentaram principalmente nos chamados Grandes Projetos Industriais, com grandes plantas industriais baseadas na produção de bens intermediários.

Em menos de três décadas, a população do Espírito Santo trocou o meio rural pelo meio urbano, com índices expressivos. Esse intenso processo de deslocamento populacional rural-urbano ocorreu de forma concentrada, pois sua direção foi, basicamente, para a região metropolitana. Enquanto a população do Espírito Santo cresceu 2,4 vezes entre 1960 e 2000, a população dos municípios que compõem a RMGV aumentou 6,6 vezes no mesmo período. Atualmente, os sete municípios da RMGV abrigam cerca de metade da população estadual e, praticamente, 80% da população urbana (ABE, 2008).

O município de Vila Velha com uma área de 234 km<sup>2</sup> atualmente é o mais populoso do estado com 414.586 habitantes e apresenta uma densidade demográfica de 1.951,99 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). O território ocupado pelos bairros que fazem parte da região denominada Grande Terra Vermelha se situa

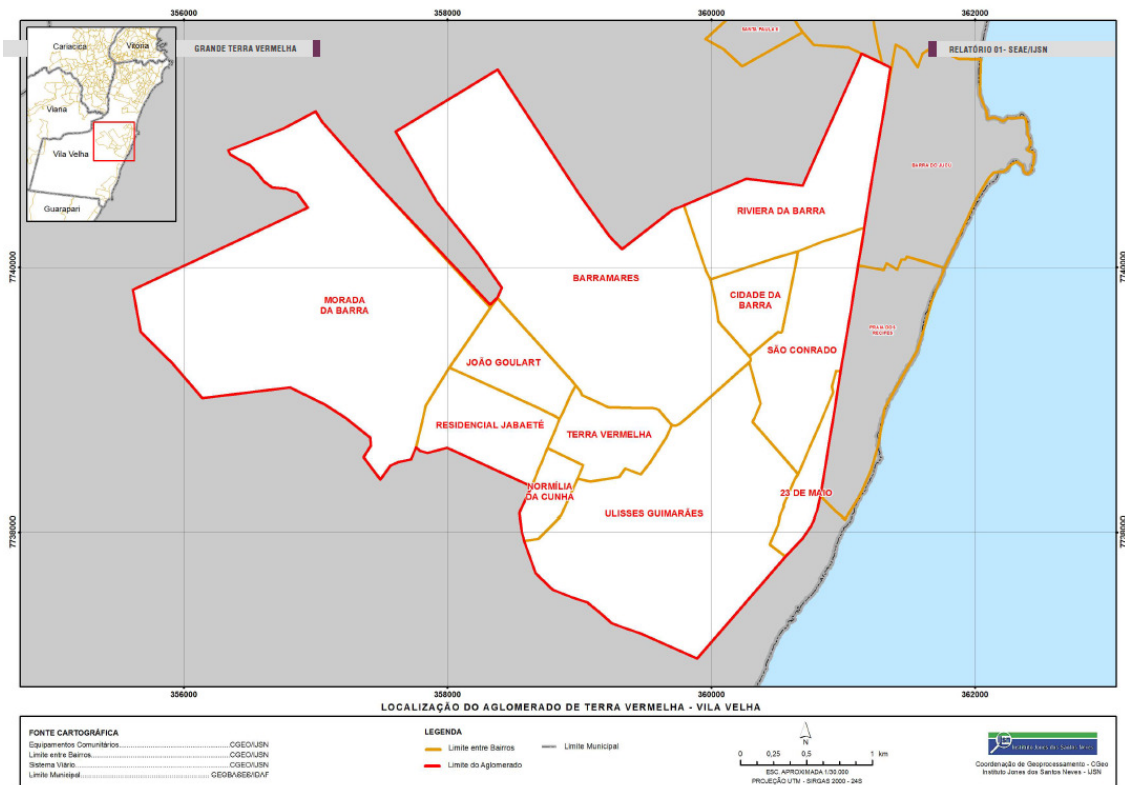


a 30 quilômetros ao sul do município de Vitória e há cerca de 15 km do centro do município de Vila Velha, nas proximidades da Rodovia do Sol que liga o litoral sul do estado a Região Metropolitana da Grande Vitória.

A microrregião denominada de Grande Terra Vermelha é uma área localizada na Região Administrativa V de Vila Velha/ES que é composta por 23 bairros e loteamentos. A microrregião de Terra Vermelha objeto do projeto de extensão envolve 11 bairros, que são eles: Barramares, Cidade da Barra, João Goulart, Residencial Jabaeté, Morada da Barra, Normília da Cunha; Riviera da Barra, São Conrado, Residencial Terra Vermelha, Ulisses Guimarães e Vinte e Três de Maio.

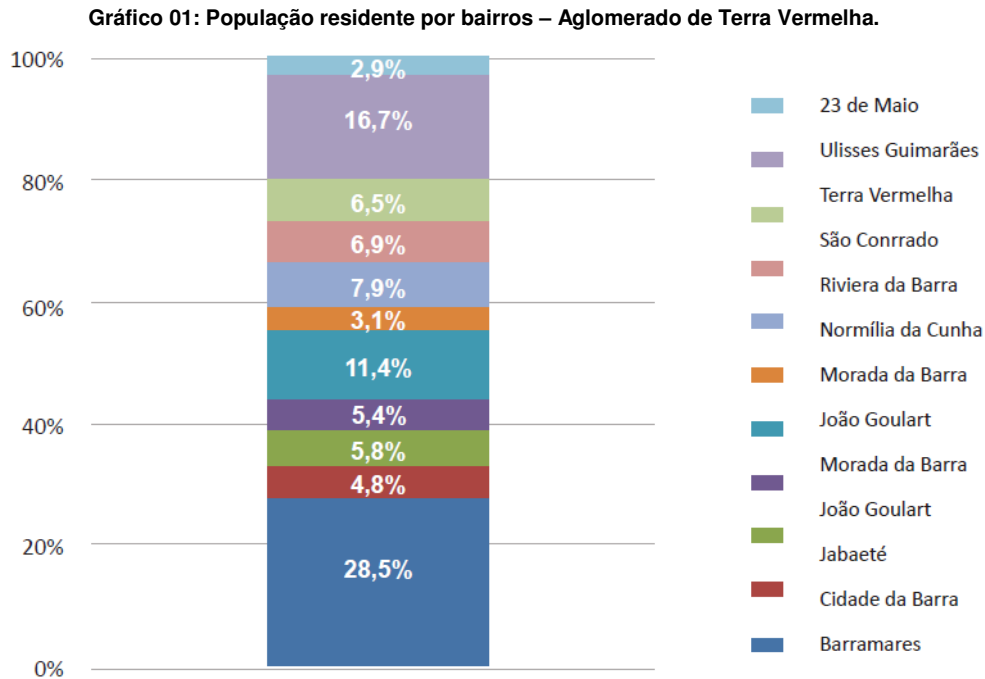
A superfície do que denominamos de Grande Terra Vermelha soma aproximadamente 660 hectares representando cerca de 2,8% da área total do município de Vila Velha. A Região Administrativa V, incluindo os 23 bairros e loteamentos, apresentava uma população no ano de 2000 de 38.961 habitantes (ZANOTELLI, 2004).

**Mapa 01: Mapa de localização do Aglomerado de Terra Vermelha e divisão dos bairros.**



Fonte: Espírito Santo (2011).

Com base nos dados preliminares do Censo 2010 é apresentada a distribuição da população residente no aglomerado, que hoje ultrapassa 60 mil habitantes, segundo os bairros que o compõem.



Fonte: Espírito Santo (2011).

A forma de ocupação da região não difere dos milhares de assentamentos precários do país. As terras que inicialmente não interessavam ao mercado imobiliário foram sendo ocupadas pela população de baixa renda e que são exatamente as áreas de ecossistema frágil, sobre as quais incide a legislação de proteção ambiental. No caso de Terra Vermelha uma planície situada entre a Rodovia do Sol e o rio Jucú em zona inundável. Área de vegetação de restinga, alagados, lagoas, manguezais e de Mata Atlântica de tabuleiro, atravessada por córregos, canais e riachos, conformando um complexo lacustre rico e diversificado. Mas, que com a ocupação urbana os córregos foram sendo transformados em canais para drenar a região e que hoje formam verdadeiros valões por onde correm os esgotos de milhares de habitantes (ZANOTELLI, 2004).

Habitações precárias, casas inacabadas, insalubres, convivem com áreas que com o passar do tempo foram se consolidando e apresentando melhora nos padrões construtivos das habitações. A ilegalidade da propriedade da terra

urbana é a realidade da quase totalidade da região. A situação dos serviços, equipamentos comunitários e infra-estrutura urbana é precária. Somente as principais avenidas apresentam algum tipo de pavimentação, as ruas transversais são de areia ou barro. Pelas características ambientais, forma de ocupação e abandono do poder público os alagamentos são uma constante na região. Somente uma parte, pequena da área, tem instalação de rede de esgoto e uma estação de tratamento.

O transporte público não atende satisfatoriamente a região e é oneroso para o perfil socioeconômico da região fazendo com que grande parte da população faça uso com bastante frequência de bicicletas e dos deslocamentos a pé. No entanto não há qualquer tipo de tratamento das vias e calçadas para estes modais de transporte. *“Muitos habitantes andam a pé ou de bicicleta, percorrendo a Rodovia do Sol até o centro de Vila Velha para trabalhar por falta de meios econômicos para pagar as passagens, mas também por falta duma circulação que irrigue todo o território”* (ZANOTELLI, 2004, p. 11).

Para complementar a situação de calamidade a região conforma-se como um dos principais pólos de homicídios de Vila Velha e da Grande Vitória, além dos altos índices de outros tipos de violência como roubos, tráfico de drogas, dentre outros. *“O policiamento é insuficiente e os policiais que trabalham no setor podem estar, segundo vários testemunhos, associados em parte aos mecanismos criminosos”*. (ZANOTELLI, 2004, p. 11). Esta dura realidade da violência urbana na região é massificada e explorada pelos meios de comunicação do estado ampliando ainda mais o sentimento de exclusão e medo que se têm deste território.

Desenvolver diretrizes de ordenamento territorial e desenho urbano na Grande Terra Vermelha de forma participativa, por meio da extensão universitária, propondo um re-ordenamento do espaço urbano e contribuindo para a alteração da percepção da região por sua população, e também, pelo público em geral, foi apresentado a população local como o objetivo principal do projeto de extensão e como um meio viável para a sustentabilidade local.

Dentre as etapas/ações desenvolvidas no percurso do desenvolvimento do projeto, podem ser destacadas:

- Apresentação, debate e pactuação da metodologia de trabalho com os moradores no dia 16 de abril na Unidade Municipal de Ensino Fundamental Governador Christiano Dias Lopes Filho, no bairro São Conrado (figura 01);

**Figura 01: Reunião de apresentação da metodologia de trabalho com a comunidade.**



Fonte: Projeto de Extensão Universitária Desenho Urbano e Ordenamento Territorial da Grande Terra Vermelha, Vila Velha/ES (2011).

- Pesquisas e levantamento de dados sobre a região, realizadas por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha, através de pesquisas, visitas a campo e entrevistas com, no período de 18 de abril a 02 de junho;
- Apresentação, validação e complementação dos dados levantados pelos alunos aos moradores na Unidade Municipal de Ensino Fundamental Professor Paulo Cesar Vinha 'CAIC', bairro Residencial Terra Vermelha, no dia 04 de junho (figura 02);

**Figura 02: Reunião de Leitura com a comunidade (diagnóstico participativo) coordenado pelos alunos da Universidade de Vila Velha.**



Fonte: Projeto de Extensão Universitária Desenho Urbano e Ordenamento Territorial da Grande Terra Vermelha, Vila Velha/ES (2011).

- Oficina de Desenho Urbano e Ordenamento Territorial - Workshop para desenvolvimento de propostas de forma participativa para a microrregião da Grande Terra Vermelha realizado entre os dias 18 e 23 de julho na Unidade Municipal de Ensino Fundamental Paulo Cesar Vinha 'Caic' (figura 03);

Figura 03: Oficina de Desenho Urbano e Ordenamento.



Fonte: Projeto de Extensão Universitária Desenho Urbano e Ordenamento Territorial da Grande Terra Vermelha, Vila Velha/ES (2011).

- Apresentação conjunta (professores, alunos e moradores) do produto final do projeto de extensão universitária na Jornada de Iniciação Científica da Universidade de Vila Velha;
- Reuniões das lideranças comunitárias da região da Grande Terra Vermelha, equipe do projeto de extensão universitária e o governo do estado do Espírito Santo para apresentação e reivindicação da implementação das propostas preliminares desenvolvidas dentro do projeto "Ordenamento Territorial e Desenho Urbano da Grande Terra Vermelha";
- Assinatura de protocolo de intenções de cooperação técnica, entre a Universidade Vila Velha e o Governo do Estado do Espírito Santo, em 26 de novembro de 2012, para beneficiar os bairros de maior vulnerabilidade social, atendidos pelo Programa Estado Presente, tendo como ação pioneira o desenvolvimento dos projetos em nível executivo elaborados de forma participativa no projeto de extensão universitária.

Figura 04: Assinatura de protocolo de intenções de cooperação técnica, entre a Universidade Vila Velha e o Governo do Estado do Espírito Santo.



Fonte: [http://www.uvv.br/news/1448/estado-e-uvv\\_es-assinaram-acordo-de-cooperacao-tecnica.aspx](http://www.uvv.br/news/1448/estado-e-uvv_es-assinaram-acordo-de-cooperacao-tecnica.aspx) (2012).

Desta forma, através do estudo do objeto e do entendimento da problemática; fundamentado nas técnicas do planejamento urbano e de desenho urbano; nos recursos e meios de produção disponibilizados pela comunidade, assim como, pelas instituições interessadas; na percepção de características identificadas em visitas a campo, em estudos de documentos e através de reuniões com a população local e atores estratégicos foi construído um diagnóstico participativo que subsidiou a elaboração das diretrizes para a região, definidas e apresentadas em conjunto com os moradores em Oficina realizada durante uma semana na própria comunidade.

Neste percurso alguns pontos devem ser destacados no que diz respeito aos avanços e desafios da participação popular neste processo de planejamento urbano, dentro de um projeto de extensão universitária.

O desenvolvimento do trabalho por parte da universidade ocorreu com a participação de dois professores coordenadores do projeto e um aluno bolsista. No entanto, foram envolvidos também neste processo alunos das disciplinas de planejamento urbano e fotografia do curso de Arquitetura e Urbanismo; e, Comunicação Visual do curso de Design, que durante todo o primeiro semestre do ano de 2011 desenvolveram as atividades práticas das disciplinas na região.

Em um primeiro momento, a reação dos alunos ao serem instigados a trabalharem nas respectivas disciplinas na região foi de medo, recusa e constrangimentos face ao histórico de violência e imagem de terror consolidada pela imprensa sobre a região. Mesmo considerando as devidas precauções que necessariamente devem ser tomadas na realização de trabalhos deste tipo em territórios com tais características. A situação demonstra a intensificação do distanciamento das diferentes classes sociais nas nossas cidades, o maior interesse por parte dos futuros profissionais por temas de cunho social de menor relevância e a falta de entendimento do papel social da profissão.

Tais constatações começam a explicar as dificuldades para a construção de propostas de intervenção coletivas assentadas nos anseios e necessidades reais destas regiões precárias e que devem obrigatoriamente surgir de uma maior aproximação e integração entre técnicos, políticos e comunidade.

Apesar dos constrangimentos iniciais, o envolvimento da comunidade local desde o primeiro momento na reunião de discussão da metodologia do trabalho, posteriormente acompanhando os alunos nos trabalhos de campo, e num segundo momento, participando da reunião coordenada pelos próprios alunos de levantamento de informações com a comunidade (Leitura Comunitária) possibilitou quebrar as resistências iniciais, desconstruir alguns preconceitos sobre a região e reafirmar a importância do trabalho e da necessária integração entre técnicos e a população no planejamento urbano, bem como entre a comunidade acadêmica e sociedade na resolução conjunta dos problemas das nossas cidades.

Outro aspecto relevante a destacar são as dificuldades encontradas para entendimento entre os diversos parceiros do projeto, alguns deles com posicionamentos políticos distintos, dentro da esfera da política municipal, dos reais objetivos do projeto de extensão. O simples fato de dar voz e real poder de decisão a população sobre os seus destinos, sem que haja direcionamento político, ou direcionamento das ações dentro do que já está concebido de antemão, gera desconfianças, boicotes e pouca adesão de alguns grupos.

Pode ser reafirmado durante as reuniões de Leitura com a Comunidade e na Oficina de Desenho Urbano e Ordenamento Territorial, alguns obstáculos apontados por Souza (2002), no item anterior.

Para fins de Leitura com a Comunidade a região estudada foi subdividida em 7 grupos, cujas discussões ocorridas em uma escola pública municipal e coordenadas pelos alunos tiveram boa participação de alguns bairros e em outros quase nula. Apesar de todo o esforço das lideranças comunitárias na mobilização da comunidade pode-se constatar a problemática da desigualdade, inseridas nas dificuldades da participação voluntária quer seja por menor disponibilidade de tempo e recursos, quer seja pela dificuldade de articular suas demandas com fluência. Soma-se uma espécie de “boicote” de lideranças importantes da comunidade que vinham sendo “cooptadas”, segundo relatos dos próprios moradores, pelo governo municipal minimizando o poder da participação popular, como neste caso, ou desfigurando-o e transformando-o numa ferramenta de instrumentalização da sociedade civil por parte das forças políticas no poder do Estado. Desta forma, minimizando os conflitos e super valorizando as importantes ações desenvolvidas pela municipalidade naquela região, porém ainda insuficientes como constatado por alunos e moradores.

Apesar dos obstáculos encontrados o produto final do trabalho materializado durante uma semana de intenso e permanente trabalho, na Oficina de Desenho Urbano e Ordenamento Territorial, em conjunto com a comunidade no recesso escolar dos alunos no mês de julho, obteve importantes resultados:

- A imersão de alunos e professores na comunidade durante o desenvolvimento do projeto de extensão, e sobretudo no período de recesso escolar durante 01 semana integralmente, para realização da oficina projetual, estabeleceu uma maior proximidade e sinergia entre os participantes e um espírito de confiança com relação aos reais objetivos do trabalho;
- Envolvimento de alunos, professores, comunidade e parceiros de forma integrada no desenvolvimento das propostas participativas para a região;



- Participação e troca de experiências com técnicos (Arquitetos e Designers) da região do nordeste do país que se dispuseram de forma voluntária a participar e contribuir na coordenação dos grupos de trabalho;
- Aplicação prática de conceitos por parte dos alunos, na materialização dos trabalhos desenvolvidos durante todo o semestre, construindo de forma coletiva e com um objetivo de servir aquela comunidade;
- A qualidade e identificação da população com o conjunto de diretrizes e projetos desenvolvidos nos grupos de trabalho da Oficina, envolvendo os seguintes aspectos: identidade visual, ordenamento territorial, sinalização, mobiliário urbano e comunicação promocional;
- Visibilidade alcançada pelo projeto, junto aos meios de comunicação, durante a semana de realização da Oficina, com inserções gratuitas em jornais de circulação estadual e 2 reportagens ao vivo na emissora de maior audiência do estado;
- Ações desenvolvidas em todos os bairros da região após a realização da oficina para divulgação das propostas elaboradas para a região;
- Articulação com o governo do estado para viabilizar a implantação de parte das propostas definidas pela comunidade, dentro das Ações Integradas do Programa Estado Presente que dava início ao seu projeto piloto naquela região.

## **Considerações Finais**

Construída passo a passo, edificada com argila retirada dos pântanos da dúvida, da descrença e da desconfiança, tornada sólida depois de amassada por mil mãos e pés em muitas e muitas assembléias nas quais os cidadãos transformaram-se de observadores passivos a agentes de seu destino, tomando a coragem de empunhar o pincel dos sonhos para traçar o futuro que queriam (NETO, 2011, p.2).

A citação acima expressa o sentimento ao final do projeto de extensão Desenho Urbano e Ordenamento Territorial na microrregião da Grande Terra Vermelha, no município de Vila Velha. Não significa dizer, que a realidade desumana daquele território tenha se transformado da noite para o dia, muito

menos que a atenção por parte do poder público passou a ser àquela que realmente a população necessita. No entanto, a realização de projetos desta natureza contribui para tentar consolidar o papel da extensão universitária como um importante agente no processo de construção de maior justiça social e gestão democrática das nossas cidades, bem como desconstruir alguns paradigmas estabelecidos e pensar sobre os desafios da participação popular nos processos de planejamento urbano.

A experiência realça de forma clara o importante papel que as universidades podem e devem assumir, em conjunto com a sociedade civil, na construção de novas formas de planejar, projetar, intervir e gerir as nossas cidades. Não se limitando a construir conhecimentos “intra muros” que fiquem limitados as salas de aulas. Da mesma forma é inadmissível a formação de futuros profissionais que não consigam enxergar as desigualdades das nossas cidades e o importante papel dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, em especial, neste processo de reconstrução das nossas cidades.

Apesar dos fortes resquícios de patrimonialismo, autoritarismo e clientelismo que perduram nos processos de planejamento participativo no país, a descentralização do poder decisório em um processo de transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos é uma condição *sine qua non* para o sucesso das políticas urbanas. Ou seja, os processos decisórios em curso devem ter como referência comum a superação de seu pólo oposto, que é a existência prévia da centralização do processo decisório.

As conquistas de reivindicações concretas imediatas, que marcam em geral os anseios da população em território como os da Grande Terra Vermelha, conforme aponta Maricato (2001) ao contrário do que pensam muitos intelectuais que vêem nisso um desprezível reformismo, são alimento essencial para qualquer movimento reivindicatório de massa e minimiza as precariedades e ausências de serviços nestes locais. No entanto, a participação popular no planejamento e desenho urbano não deve se limitar a simples institucionalização de práticas participativas, como se isto constituísse um fim em si mesmo ou a conquista de demandas imediatas. Como aponta a autora acima, os espaços de participação devem evoluir para a possibilidade de

debater temas estruturais da reestruturação produtiva do capitalismo, propiciada pelo avanço tecnológico e o neoliberalismo, apesar das perspectivas cada vez menores demonstradas neste sentido pelas políticas urbanas no país.

O cumprimento da função social da propriedade e o direito à moradia previstos na Constituição Federal devem permear de forma consistente os espaços de participação popular e desenho da cidade, pressionado os poderes públicos pelo cumprimento dos direitos constitucionais e ultrapassando o abismo existente entre a retórica e a prática, o planejar e o projetar relacionado a estes temas.

E por fim, a visão elitista e limitada que aponta incapacidade da população de contribuir de forma realmente propositiva nestes processos, face a baixa qualificação ou desconhecimento técnico, pode e deve ser superada pela formação de profissionais dentro de uma nova visão, uma maior aproximação das realidade dos técnicos e o conhecimento empírico da população, novas metodologias participativas que facilitem e auxiliem estes processos e valorizem a ação pedagógica de compreensão de todos os conflitos nas esferas locais, nacionais e globais formando sujeitos críticos.

#### **REFERÊNCIAS:**

ABE, André. **O caráter metropolitano da Grande Vitória**. Edital de Tomada de Preços nº 003/2008. Proposta Técnica - Conhecimento do Problema. Instituto Jones dos Santos Neves. Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

BAVA, Silvio C. **Dilemas da gestão municipal democrática**. In: VALLADARES, Licia & COELHO, Magda P. (org.). Governabilidade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 161-190.

NETO, José Police Neto (org.). **Plano de bairro. No limite do seu bairro uma experiência sem limites**. São Paulo. Edição do Autor. 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2001. 204 p.

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002. 560 p.

RIBEIRO, L. C. Q. **A (in) governabilidade da cidade? Avanços e desafios da Reforma Urbana**. In: VALLADARES, Licia & COELHO, Magda P. (org.). Governabilidade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 107-160.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Fragmentações sócio-espaciais e criminalidade violenta: o caso de Terra Vermelha – Aglomeração de Vitória – ES**. Revista Humanas nº 2, outubro de 2010. In: <http://www.revistahumanas.org/>.

ESPÍRITO SANTO, GOVERNO DO ESTADO. Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas / Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP / Instituto Jones Dos Santos Neves

– IJSN. Relatório SEAE/IJSN. **Diagnóstico dos equipamentos públicos: Aglomerado de Terra Vermelha.** Vitória, julho de 2011.